

“CAMINHANDO CONTRA O VENTO”

“Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”. (Marx (1818-1883), “18 Brumário”)

“O vento venta, mas a direção do barco é a direção do barco” (Sêneca (4 a.C-65), “Tragédias”)

“Dos medos nascem as coragens; e das dúvidas, as certezas. Os sonhos anunciam outra realidade possível e os delírios, outra razão. Somos, enfim, o que fizemos para transformar o que somos. A identidade não é uma peça de museu, quietinha na vitrine, mas a sempre assombrosa síntese das contradições nossas de cada dia”. (Eduardo Galeano (1940-2015), “Livro dos Abraços”)

“O real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia” (Guimarães Rosa (1908-1967), “Grande Sertão, Veredas”)

Essa profusão de epígrafes não é um abstrato catecismo de citações. Trata-se de uma moldura capaz nos orientar na turbulenta travessia do feixe de crises no qual estamos mergulhados, no Brasil e no mundo. São referências emitidas em tempos históricos distintos, fundamentais para o debate sobre tática e estratégia de um partido que se pretende de esquerda, anticapitalista, democrática e socialista.

No Brasil, pretendemo-nos parte de uma alternativa reativadora do que foi perdido no “pacto conservador” da era Lula. Um pacto que, por sua irrealizável estratégia de “governar para todos sem incomodar a ninguém”, terminou por se afirmar como raiz do ceticismo atual, em amplas camadas outrora comprometidas com os anseios de transformação qualitativa de nossa realidade.

No mundo, somos parte integrante da luta universal da classe trabalhadora - em sua diversidade - contra as opressões do capitalismo que, hoje, parece mergulhado no universo trágico das chamadas épocas de transição. O presente desta transição de linhas indefinidas é uma vertigem de mudança que põe em que estão, transformando em problemas, todas as soluções até então pensadas como alternativas para o ordenamento mais justo da vida social.

Neste quadro de formas dissolutas, os setores dominantes da apodrecida ordem mundial estão na ofensiva, cavalcando o caos com a armadura agressiva do globalitarismo financeiro. É muito importante, em tal situação, saber separar, nas contradições da “nova ordem”, o invólucro regressivo do neoliberalismo dos processos objetivos a partir dos quais devemos formular o nosso contraponto que, mais do que nunca, deve estar ancorado na nitidez estratégica e na flexibilidade tática. O presente documento, uma contribuição aos debates do nosso Congresso, analisa questões que consideramos importantes para combater a catástrofe que nos ameaça.

PARA BARRAR A BARBÁRIE, SOCIALISMO E LIBERDADE

Socialismo e Liberdade, não por acaso, é o nome de batismo do PSOL. São dois substantivos que correspondem a uma senha de identidade. Como partido de esquerda, somos socialistas. Ao mesmo tempo, a questão da liberdade está em nós como uma marca de nascença, inscrita em letras de fogo sob o signo das duras “réplicas da história”.

A crítica ao autoritarismo burocrático do “socialismo real” do leste europeu e ao conformismo da social-democracia são partes constitutivas do que somos. Postura que nos qualifica para incorporar as “lições da história” e atravessar os abalos provocados pela queda do muro de Berlim e pelo transformismo da socialdemocracia.

O leste europeu caiu como castelo de cartas, por razões historicamente definidas, mas esta queda aparece e é mostrada como falência da própria idéia de socialismo. Tão combatida e desvirtuada, a proposta socialista precisa ser reconstruída, reinventada, ressignificada.

O socialismo é construção política concreta, que amadurece no dia a dia dos trabalhadores e no movimento real da cidadania. Cada avanço, por menor que seja, no aprofundamento da democracia e no processo de auto-organização dos que vivem de seu próprio trabalho será, desde já, parte integrante da construção socialista.

O surgimento de novos sujeitos coletivos e a emergência de novas formas de participação política são elementos de negação da apropriação “não social” e privatista. Espaços abertos, ainda no interior da ordem burguesa, como momentos de afirmação de um outro mundo possível. Na mutação das estruturas sociais, a riqueza e variedade dos “meios” definem a qualidade dos “fins”. Se os meios são os fins em processo de realização, as sementes do futuro devem germinar neles como presença real e orientadora.

O socialismo proposto pelo PSOL é radicalmente comprometido com a democracia. A socialização dos meios de governar é a forma adequada para a apropriação social dos meios fundamentais de produção. Verso e reverso de

um mesmo processo que tem como centro nevrálgico a valorização do espaço público. Proposta que se afasta do reducionismo economicista e do estatismo burocrático.

O socialismo não pode ser de Estado nem de Mercado, mas de uma nova cidadania que, na luta política, se mostre capaz de atuar como soberana no espaço público. Espaço público que seja território de afirmação da diversidade, da participação, da solidariedade e da luta pela igualdade. Onde a sociedade civil organizada possa definir mecanismos de controle democrático sobre o Estado e de rigorosa regulação social dos agentes econômicos do Mercado.

Sabemos que não há socialismo sem desenvolvimento das forças produtivas. Desenvolvimento não apenas econômico e tecnológico, mas também de justiça social, democracia política, equilíbrio ambiental e oportunidade cultural, centrado no respeito aos ritmos e limites da natureza e comprometido com a superação das desigualdades sociais. Diante da fúria predatória das forças do capital, a luta ecológica ganha relevância crescente no projeto socialista.

Não começamos do zero. A história traz ensinamentos que não podem ser descartados, mas não há, nesta luta, paradigmas nem modelos. É preciso aposentar os dogmas e colocar a luta cíclica e universal dos revolucionários no seu devido lugar, o da memória emuladora da nossa atuação. Sem fugir das interpelações do tempo presente, em questões como a diversidade cultural, o combate às opressões de gênero, orientação sexual, étnica e racial.

O cenário político atual, com o espaço público invadido pela lógica privatista, ostenta cada vez mais a feição trágica da barbárie. Nele, saúde do capital e doença da sociedade são verso e reverso de uma mesma medalha. Nunca como agora a extrema racionalidade e a eficiência técnica, indiscutíveis no interior das corporações privadas, geraram tantos monstros na vida social. Uma fieira de tragédias: desemprego, exclusão, incremento da desigualdade, violência, guerras, crimes contra o equilíbrio ecológico, deslocamento multitudinário de migrantes.

O impulso de destruição social, que sempre esteve embutido na lógica da acumulação capitalista, está cada dia mais visível. Por isso mesmo, a onda regressiva começa a gerar resistências que, certamente, se condensarão em pólos de luta política. O discurso que anunciava o fim de tudo (das ideologias, do socialismo, das utopias, da história) já não tem a mesma audiência. O empenho fúnebre em passar atestado de óbito começa a gerar cansaço e fastio. O “pós-tudo” começa a se revelar como “neonada”.

A história não acabou e se prepara para ministrar novas “lições”. Será o momento de ganhar as consciências para um movimento no sentido contrário do atual. Resgatar e ao mesmo tempo alargar o espaço público. Agitar a ideia do socialismo e avançar na luta por uma nova ordem social. Para barrar e reverter o avanço da barbárie, o caminho é o do socialismo democrático, que

se realiza como auto-organização dos trabalhadores e conquista política da cidadania mobilizada.

O VALOR DA DEMOCRACIA: PRINCÍPIO, MEIO E FIM.

O PSOL conhece a história do autoritarismo no Brasil. Ele começa, a partir da conquista da nobreza e da burguesia mercantil portuguesa sobre o território, como sucursal do Estado Monárquico Absolutista. Sem unidade política exceto pelo fato de ser colônia, o Estado colonial era um conglomerado de capitanias hereditárias, organizado para estimular produção de exportação à base da mão de obra de negros africanos escravizados.

Esse Estado opressor dá lugar ao Estado Nacional do Império, assentado ainda sobre o latifúndio, a monocultura, a escravidão e a dependência externa. Até o final do século XIX tivemos, portanto mais 'estadania' do que cidadania. Mesmo a nossa "República", por longo tempo, foi a da dominação oligárquica, do "coronelismo, enxada e voto".

A chamada Revolução de 1930 foi expressão de anseios democratizantes de uma burguesia industrial e classes médias urbanas em ascensão, em composição com parte das velhas oligarquias. A partir daí se monta, com Vargas, a estrutura até física do Estado nacional. A República Nova, até a Nova República, pós ditadura civil-militar de 64, foi marcada por longos períodos autoritários. Mas a luta contra o autoritarismo consolidou uma cultura democrática progressista que tem peso na sociedade brasileira, por mais que o descrédito nas instituições políticas - notadamente os partidos - seja crescente.

O PSOL, que disputa periodicamente as eleições e valoriza a conquista de espaços institucionais, entende que o Estado no século XXI - compreendido como os Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e as instâncias da administração pública nos planos municipal, estadual e federal - não é simples representação dos interesses exclusivos da burguesia. E nem essa é monolítica, aliás. A institucionalidade, para nós, ainda que expresse vontades dominantes de grandes corporações privadas em seu interior, organizadas como cartéis econômicos, comporta contradições. Trata-se de democratizá-la, desprivatizá-la, torná-la permeável ao dinamismo dos movimentos sociais e colocá-la a serviço do povo. E isso implica também em controlá-la socialmente, para que não se avulte como Estado repressor e autoritário.

Lênin (1870-1924) disse: “o socialismo é inconcebível sem democracia em dois sentidos: 1) o proletariado não pode realizar a revolução socialista se não se preparar para ela através da luta pela democracia; 2) o socialismo vitorioso não poderá consolidar sua vitória e conduzir a humanidade no sentido da extinção do Estado se não tiver realizado integralmente a democracia”. Isso implica, hoje, em reconhecer a pluralidade de sujeitos políticos, em estimular os mais diversos movimentos, respeitando sua autonomia, e em construir consensos majoritários respeitando os que pensam diferente.

Com o passar de séculos de luta, cresce a compreensão da democracia total com um fim e não como meio. Reconhecer os limites da democracia representativa hoje é insistir com a ‘apresentação’ (democracia direta), para além da representação. A mera delegação está em questão. A permanente participação popular na gestão é um imperativo.

Mas é também urgente apresentar propostas de mudança radical do sistema político, para que as maiorias sociais possam se tornar maiorias políticas. O desenvolvimento da democracia brasileira depende de uma Reforma Política popular, que venha a amplificar o poder das massas. O projeto Iniciativa Popular de Reforma Política liderado pela CNBB e a OAB contempla muitos elementos de avanço neste sentido.

Na atual correlação de forças no Parlamento, a maioria da direita é avassaladora. Nesse patamar de uma institucionalidade degradada e uma representação política falida, a direita, antes nadando de braçada, começa a enfrentar dificuldades para impor seus projetos. Crescem as tentativas na sociedade de se opor a isso. É preciso encontrar uma forma de transformar a indignação de parte crescente da sociedade brasileira em força política também no interior da institucionalidade.

A possibilidade de ampliar espaço na institucionalidade está ligada à necessidade de ampliar a presença nos movimentos - em todos eles, como os movimentos identitários e os movimentos contra a opressão. É o papel de nosso partido estar em conexão direta com as forças vivas da sociedade, buscando nos transformar em sua representação mais imediata.

Democracia não é só política: não iremos ampliar nossa estrutura democrática sem a realização da reforma agrária, agrícola, urbana, tributária, judiciária e midiática (democratização dos meios). Há uma complementaridade entre democracia representativa, democracia participativa e democracia direta. É preciso combinar a representação popular na institucionalidade com a tomada

direta de decisões das grandes massas, atuando em sintonia e conexão política.

LUTA DE CLASSES, ESTADO E REVOLUÇÃO

Entender o papel do Estado hoje e suas possibilidades como aparato que entrava ou permite o avanço do movimento socialista é um desafio para nós. Pinceladas de história podem nos ajudar. Não são irrelevantes as concepções iluministas na reação ao obscurantismo despótico do Estado Absolutista. Nos primórdios do Estado Moderno, superando a teoria do direito divino dos reis, Rousseau (1712-1778) afirma a ideia do estado como instrumento da ‘vontade geral’, esta sim, soberana e, nessa condição, capaz de desfazer as desigualdades sociais que impedem a tão valorizada liberdade.

Marx (1818-1883), Engels (1820-1895) e Lênin representaram avanços importantes, mas datados. Engels entendeu “*o Estado como produto e manifestação de antagonismo inconciliável das classes, concebido para refrear esses antagonismos e como instrumento de exploração do trabalho pelo capital*”. Já Lênin, que viveu a experiência concreta de ser governo (após a Revolução de 1917), previa “*períodos excepcionais, em que as classes em luta atingem tal equilíbrio de forças que o poder público adquire momentaneamente certa independência em relação às mesmas, e se torna uma espécie de árbitro entre elas*”.

Antonio Gramsci (1891-1937), com o largo tempo que o cárcere lhe impôs, elaborou sobre o Estado algumas definições inovadoras. Ele o entendia como “sociedade política (com seus aparelhos coercitivos) ou como um equilíbrio da sociedade política com a sociedade civil (onde hegemonia se disputa). Gramsci fala do “Estado Guarda-Noturno” ou “Policial”, cujas funções são limitadas à coerção, mas conceitua também um chamado “Estado Ético”, cuja função é “*eleva a grande massa da população a um determinado nível cultural e moral*”.

Enquanto a sociedade sem classes e sem Poder Público - que não será abolido, mas definhará até desaparecer - não chega, é preciso lidar com a questão do Estado, da ocupação de espaços institucionais. Quase todas as lutas populares no Brasil buscaram alguma interferência na institucionalidade. Para o PSOL, são importantíssimos os movimentos de abertura do Estado, com políticas públicas consistentes, às demandas das majorias e dos grupos marginalizados, e também das chamadas (tantas vezes impropriamente) de minorias.

Saudamos o ‘Juizes pela Democracia’, o garantismo de direitos e o Direito Insurgente, os raros governos populares, os mandatos parlamentares sintonizados com o clamor das ruas, os procuradores que defendem os direitos

da cidadania e da ecologia, a cobrança crescente por transparência total e ética nas instâncias públicas.

Vivendo a experiência concreta e atual de ser vice-presidente da República no Estado Plurinacional da Bolívia, Álvaro Garcia Linera valoriza o Estado como elo de elevação política, cultural e solidária do povo: *“o Estado, com suas instituições, normas e procedimentos, orchestra o modo como concebemos aquilo que nos vincula aos outros, como educação, estradas, comércio, saúde e concepção de vida em coletividade”*.

Precisamos travar a disputa de classe, no contraponto ao Estado mínimo dos liberais (que só é mínimo no que se refere à garantia de direitos sociais, mas “máximo” na defesa dos interesses das elites) e também ao globalitarismo financeiro mundial, que inibe o protagonismo dos Estados nacionais. Não haverá avanço na política sem uma reforma democratizante do Estado, para que ele seja de fato “servidor” do povo e socialmente controlado.

A PRIMAVERA DAS MULHERES

A recente crise econômica que afetou o Brasil só reforçou o desejo das forças conservadoras no país na derrubada de um governo em substituição a uma figura que viesse a promover a tão sonhada retirada de direitos da classe trabalhadora, conquistada a duras penas ao longo de nossa jovem democracia.

As mulheres pobres e negras e os LGBTs são aqueles que mais têm sido impactados diante da agenda conservadora. O que dizer do estatuto da família? E do famigerado Projeto de Lei 5069 de Eduardo Cunha, que praticamente acaba com o direito ao aborto legal e seguro?

É verdade que muitas vitórias foram conquistadas, mas muitos retrocessos ganham contornos ameaçadores diante desse pacto entre as classes dominantes e o poder ilegítimo do PMDB em âmbito nacional.

Nesse cenário, as mulheres foram vanguarda ao irem às ruas pelo “Fora, Cunha”, pelo “Fora, Temer”, pelas “Diretas, já” e marcharam unidas nas principais lutas em defesa da democracia e da liberdade.

O dia 8 março de 2017 foi um dia histórico, uma das maiores manifestações de mulheres já realizadas no país. Milhares de mulheres, mães, negras, lésbicas e trans caminharam juntas contra as reforma trabalhista e da previdência, pelo direito de viver, de não ser estuprada, de não ser agredida ou subjugada.

Neste sentido, o PSOL como partido deve se colocar ao lado das mulheres e dos LGBTs na defesa de uma sociedade mais justa e plural, que garanta a todos a sua liberdade individual e o respeito às identidades e diferenças.

CONTRA O MODELO EXCLUDENTE, QUAL ECONOMIA?

O Brasil atravessa um momento de grave crise econômica e social, em meio a um quadro de excepcionalidade institucional inédita. A conjuntura de crise internacional e seus efeitos sobre os países da periferia, dependentes da exportação de produtos primários e semielaborados, como é o caso do Brasil, nos coloca graves incertezas para o nosso presente e futuro próximos.

O programa de Temer/Meirelles não oferece qualquer possibilidade de superação da crise e criação de mínimas condições para a retomada do crescimento. Seu objetivo se resume no alargamento da supremacia do setor financeiro, que passa a controlar parcelas ainda maiores do Orçamento da União. Quer reduzir o custo-trabalho e abrir de novos negócios para os cartéis dominantes - no pré-sal, na previdência privada nas novas concessões de serviços de infraestrutura. Medidas que não representam qualquer garantia de reversão do quadro recessivo, do recrudescimento do desemprego ou do processo de perda de renda dos trabalhadores.

O impedimento da presidente Dilma representou o fim da política de conciliação de classes promovida pelos governos lulistas, explicitada a partir da campanha eleitoral de 2002. Essa política alimentou a ilusão na possibilidade de viabilizar um processo de combinação de crescimento econômico, melhor distribuição de rendas, redução de desigualdades e expansão do gasto social e do investimento público, a partir da lógica macroeconômica marcada pela supremacia do capital financeiro. Não deu certo.

Com o governo golpista, os setores hegemônicos da classe dominante partiram para ofensiva, em torno das chamadas “reformas”, verdadeiros ataques à previdência social e à legislação trabalhista, entre outras, como o congelamento das despesas primárias da União por vinte anos. O rompimento

não é apenas em relação ao acordo de conciliação: trata-se de um golpe final no próprio pacto social engendrado pela Constituição de 1988, uma velha aspiração de natureza liberal, amparada e explicada justamente pelas novas bases macroeconômicas, estabelecidas no país desde os anos 1990.

A principal característica dessas novas bases é a abertura da conta de capitais e o processo de liberalização financeira, consolidados a partir da criação do Plano Real e a adoção da nova moeda. A busca de formação de reservas cambiais (através de elevadas taxas reais de juros) e a necessidade de recursos fiscais voltados para o pagamento da carga de juros incidentes sobre a dívida pública (metas de superávit primário) retiram margem de manobra importante da política econômica, no sentido da expansão do investimento público e da administração da dívida pública com taxas reduzidas de juros. Ao mesmo tempo, a sobrevalorização cambial torna-se inevitável, frente ao fluxo de entrada de capitais, com todos os seus nefastos efeitos.

Essa contradição foi gerida pelos responsáveis pela política econômica dos governos petistas, de 2003 a 2014, através do melhor resultado da conta corrente do país, fluxos de capitais externos e, a partir da crise internacional de 2007/2008, participação dos bancos públicos no financiamento a novos investimentos. Contudo, a reversão do ciclo de valorização das commodities e a pressão política dos setores privatistas fizeram com que, a partir do primeiro mandato de Dilma Rousseff, os contornos de viés heterodoxo na administração do modelo econômico da abertura financeira fossem paulatinamente sendo abandonados.

As políticas de isenções e desonerações fiscais, concedidas às empresas de inúmeros setores, não foram capazes de sustentar o nível de demanda agregada, fortemente pressionado pelo endividamento das famílias e das empresas não financeiras, mas influenciado sobremaneira pela redução do investimento público estatal. A tentativa de abertura de uma nova fase de privatizações, através de programas de concessões de serviços de infraestrutura, buscando investidores externos, igualmente não foi bem-sucedida.

Enfrentar esse quadro é o principal desafio econômico que os setores de oposição ao golpe parlamentar e críticos ao pacto lulista devem assumir. A crise econômica brasileira atual pode criar as bases políticas que nos venha permitir derrotar o modelo dos bancos e multinacionais, os verdadeiros beneficiários do modelo atual, com seus juros elevadíssimos e uma taxa de câmbio supervalorizada.

Para tanto, no contexto de uma reforma de Estado que consagre a prevalência dos interesses populares em relação aos interesses econômicos, mudar substancialmente o atual modelo econômico é tarefa prioritária. O objetivo maior será assegurar condições que combinem crescimento econômico, geração de empregos de qualidade, distribuição de renda e riquezas e o fortalecimento de fatores endógenos favoráveis ao desenvolvimento. Apontamos, para uma nova ordem, algumas medidas essenciais:

1. Redução da vulnerabilidade externa, com medidas de controle sobre os fluxos de capital, e de defesa da moeda nacional, do parque produtivo interno e da competitividade de nossas exportações;
2. Redução paulatina e planejada da taxa real de juros e o alongamento dos prazos de vencimento da dívida pública mobiliária, amparado e concomitante ao processo de auditoria do endividamento público brasileiro, de acordo com as Disposições Transitórias da Constituição Federal e as recomendações da CPI da Dívida Pública;
3. Instituição de uma reforma tributária progressiva, tendo como objetivo maior a alteração da estrutura tributária atual, tornando os impostos diretos mais relevantes na formação do bolo tributário do que os impostos indiretos. Ampliação da faixa de isenção do Imposto de Renda Pessoa Física, para o valor equivalente ao salário mínimo necessário, calculado pelo Dieese; criação de uma nova estrutura de alíquotas, com variações de 5 a 55% da renda pessoal tributável; revisão de toda a estrutura de isenções do Imposto de Renda Pessoa Jurídica, bem como das isenções e desonerações que, a pretexto de incentivar a produção, estão instituídas para diversos setores da atividade econômica; restabelecimento da taxa sobre a distribuição de lucros e dividendos; criação do imposto sobre grandes fortunas e elevação das alíquotas incidentes sobre heranças e doações; e a instituição do Imposto sobre Valor Agregado, em substituição aos atuais Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços e Imposto sobre Produtos Industrializados;
4. Reforma Fiscal, com o objetivo de reconfigurar o chamado pacto federativo, descentralizando recursos, hoje concentrados na esfera da União (hoje, 58% dos impostos vão para a União, 23% para os estados, e 19% para os municípios).
5. Reformas Agrária e Agrícola, para incentivar a mudança do paradigma tecnológico atual para uma agricultura orgânica, estruturada na produção de milhões de pequenos proprietários rurais e com apoio logístico e técnico do Estado;
6. Reforma Urbana, como base para o desenvolvimento de um ambicioso e massivo programa de construção de moradias de qualidade, e

- aproveitamento habitacional de prédios ociosos, com adequada infraestrutura de saneamento, transportes e serviços públicos em geral;
7. Mobilização de recursos estatais e paraestatais para a modernização, redução de custos e controle social permanente da infraestrutura logística de transportes - de cargas e passageiros, de energia e telecomunicações do país;
 8. Definição das áreas de educação, cultura, saúde, previdência e assistência social como setores estratégicos e essenciais do Estado brasileiro, com a plena profissionalização dos seus servidores e o estabelecimento de planos de carreira estáveis, valorizados e de dedicação exclusiva;
 9. Defesa e consagração do regime de repartição, como referência do sistema de pagamento de aposentadorias e pensões, no âmbito da Previdência Social Pública, e a definição do valor equivalente ao do maior vencimento do serviço público federal como teto de referência para descontos e pagamentos dos regimes previdenciários estatais.

A CONJUNTURA DA INCERTEZA ESTRUTURAL

A qualidade estratégica da conjuntura que nos compete viver está marcada por características singulares da incerteza estrutural. No Brasil há uma crise permanente, resultante das nossas seculares transições intransitivas: mudanças que não alteram posições de classe e formas de exercício de poder. Tal qual está no romance “O Leopardo”, de Lampedusa; *“para que as coisas permaneçam iguais, é preciso que tudo mude”*. Ao mesmo tempo, depois dos abalos produzidos pela irrupção contestatória de 2013, a política brasileira passou a viver sob o signo do que Gramsci chamou de “interregno”: o “velho” já morreu, mas o novo ainda não criou seus polos de condensação.

O tempo histórico, em tais condições, costuma ser governado pela lógica do imponderável e do desconcertante. Tudo pode acontecer, inclusive a aceleração do tempo político e o surgimento súbito de novas encruzilhadas, desafios e alternativas. Sendo assim, diante da natureza e da profundidade da crise que nos envolve, qualquer previsão sobre as condições em que se dará a disputa eleitoral de 2018 é temerária, não sendo sequer possível afirmar-se com certeza sobre sua realização. Vista com os olhos de hoje, a eleição geral do próximo ano é uma miragem posta na turbulência da mais profunda crise da história brasileira recente.

O quadro político está e tende a se tornar cada vez mais confuso. Quando a incerteza é a única coisa certa, a estratégia eleitoral adequada é aquela que leva em conta as possíveis mudanças bruscas de cenário. Variáveis

desgovernadas, por enquanto fora de controle, podem provocar impacto profundo no rumo dos acontecimentos políticos. O avanço nas investigações da Lava Jato, por exemplo, pode provocar o desmoronamento total do sistema partidário. O adensamento dos protestos de rua também pode provocar mudanças bruscas. O governo ilegítimo não resiste a uma sequência de grandes manifestações.

É bom não descartar, também, a possibilidade de êxito do contraponto nefasto. Afinal, o poder, ao contrário dos balões, não murcha ao se esvaziar. O time do “abafa” é composto por pernas de pau, mas joga pesado e conta com o patrocínio dos pontos fortes da máquina mercante e a cobertura favorável de parte da mídia grande. Novos golpes podem vir na sequência, uns dentro dos outros.

Sendo assim, todas as forças em ação na cena política - partidos, formadores de opinião das mais diferentes posições, movimentos sociais, corporações - caminham no fio da navalha da incerteza estrutural. Todos sabem disso e ninguém está seguro da projeção futura da sua própria força. Embora não falem abertamente, todos trabalham com planos alternativos para o caso de agravamento agudo da crise geral.

Existem, hoje, nas gavetas do Parlamento e nos escaninhos da Justiça Eleitoral, propostas que podem alterar o ordenamento legal e até a data da eleição. Mantida a atual correlação de forças, nenhuma reúne condições para ser aprovada. A qualquer momento, no entanto, dependendo para onde gire a rotatória da crise, o que parecia improvável pode ser sacado como saída de conveniência para os setores dominantes.

Estudar com atenção a complexidade, a confusão e a incerteza que marcam o atual momento político brasileiro é uma preliminar necessária para a definição de estratégias, principalmente de quem opera no contraponto radical ao modelo dominante. A sorte de um projeto político, o acerto de um programa e o sucesso de uma chapa de candidatos são coisas que dependem de variáveis que podem mudar no curso do processo. Hoje, mais do que nunca, é preciso atentar para as turbulências da travessia. Como sabia o jagunço-filósofo Riobaldo; *“O real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia”*.

Certamente qualquer que seja o cenário prevalecente, o PSOL terá candidato próprio na disputa presidencial que se avizinha, como a governadores em todos os estados em que tivemos quadro, estrutura e militância. O cenário de

decadência dos partidos da ordem, todos envolvidos em escândalos, favorece o nosso crescimento.

A régua e o compasso para definir programas, projetos e candidatos nos serão dadas pelos conflitos que estão em curso na turbulência da crise. Nossa possibilidade de êxito dependerá, como tem sido sempre, da presença ativa do partido em movimentos, lutas e conflitos da sociedade, sem hegemonismos e omissões.

O candidato a presidente, qualquer que seja o nome escolhido, com seu programa-movimento, será o vértice de um processo coletivo ancorado na militância ativa e enraizada nos movimentos e lutas que estiverem na ordem do dia e no cenário que a evolução da crise determinar. Temos chances de reencantar para a política parcelas do imenso contingente de desiludidos.

O papel de um partido de esquerda, que ocupa espaços institucionais para colocá-los a serviço do dinamismo dos movimentos sociais, é formular, com um amplo leque de forças democráticas e populares, um programa mínimo de lutas comuns, em torno de questões concretas. Não partimos de uma folha em branco: o movimento popular e setores acadêmicos com eles comprometidos já têm formulado propostas em diversas áreas - como as das reformas Habitacional e Urbana, Rural, Tributária, Política, Sanitária, Educacional e Cultural - que devemos acolher e impulsionar. Para resistir e avançar, o desafio máximo - e única garantia de algum êxito - é combinar mobilização social com pressão institucional.

O PSOL se constituiu como um partido plural, que valoriza a riqueza de sua diversidade interna. Ao mesmo tempo, somos coesionados por um programa unitário, cada vez mais um partido com correntes e não de correntes. A complexidade da conjuntura e as dimensões da crise colocam diante de nós múltiplos desafios e tarefas. É imperativo fortalecer nossos núcleos de base e instâncias de direção, superar nossa fragilidade organizativa e nossa ainda débil inserção social. Caminhando contra o vento, vamos reafirmar nossa vocação de grandeza.

Rio de Janeiro, julho de 2017.

Assinam:

Chico Alencar - Deputado Federal
Glauber Braga - Deputado Federal
Marcelo Freixo- Deputado Estadual RJ
Eliomar Coelho- Deputado Estadual RJ
Wanderson Nogueira - Deputado Estadual RJ
Paulo Pinheiro - Vereador Rio de Janeiro

Acyr da Silva Proença
Adeir Leodoro de Oliveira
Ailton Aristóteles Costa Ferreira
Ailton Soares Teixeira
Alba Regina Ignácio de Oliveira
Alda Therezinha de Carvalho
Alessandra Senna Ferreira
Alex Sandro Damião Cavalcante Oliveira
Alexandre Chester
Alexandre da Silva Maciel
Alexandre Moreira da Silva
Alexandre Pantaleão de Melo
Alexandre Rodrigues de Miranda
Alexsander da Silva Moraes
Alexsandro Luiz de Lima Coelho
Aliete Assunção Ferreira
Aline Queiroz
Aline Rocha de Oliveira
Almerinda Assunção Costa Ferreira
Almir Aristóteles Costa Ferreira
Almir José da conceição
Álvaro Marcos Ferreira da Silva
Amélia Maria Oliveira da Silva
Ana Dias de Alencar
Ana Lucia Clemente
Ana Lúcia da Silva Souza Dias Rodrigues
Ana Lucia Heleno de Maria
Ana Paula Clemente
Anataly Assunção Ferreira
Andre de Almeida
André Luiz dos Santos Barroso
Andre Luiz Oliveira
André Iyrio Pedro
Andre Magalhães Barros
André Raynaldo Santos Périssé
Andrea de Araujo Cassa
Andréa Gomes Macedo Zile
Andressa Oliveira do Rosário
Anete Ribeiro Lessa
Antonia dos Santos Ferreira
Antônio Carlos de Sá Leitão
Antonio Ferreira de Mello
Antônio Florencio de Lima
Antonio Gaspar de Gouveia
Antonio Maximo de Souza
Antonio Roberto Minhões Dias
Armando da Silva
Arthur Alexandre Afonso da Cruz
Avani de Freitas Sebastião
Barbara da Silva Oliveira
Beatriz Andera Santos Salazar
Beatriz Santana dos Santos
Benedito Muniz do Nascimento
Bernadete Oliveira da Silva
Bianca Valente Moreira
Brando Motta de Oliveira
Bráulio da Silveira Silva

Bruno Bordallo Correa
Bruno da Costa Villaverde
Bruno Nascimento de Faria
Bruno Pedrete
Cadija da Silva Costa
Carla Renaud
Carla Ventura da Silva
Carlos Alberto Ferreira Lima
Carlos Alberto Villaverde
Carlos César Pereira de Oliveira
Carlos Eduardo da Silva Ferreira
Carlos Eduardo Ribeiro da Silva
Carlos Henrique Vieira
Carlos José Ferreira
Carlos Pinto
Carlos Wagner Santos
Caroline Bárbara Ferreira Castelo Branco Reis
Cassia Leal
Celia Maria Soares
Charles Santos de Souza
Clara Fátima Gomes Minhões
Clarissa Torres Lobo
Claudia Baracho Figueira
Claudionora Barbosa da Silva
Cleber dos Santos Ferreira
Cleber Pires do Prado
Clovis Carneiro da Silva
Conceição Aparecida Neri
Corino Amaro
Cristiane Cardoso Gonçalves
Cristiane Schuch Pinto
Dalva Santos Roque
Damião Balbino
Daniel Gomes da Silva
Daniel Moura Aragão
Daniel Romão Oliveira
Daniela Ferreira Lima Aguiar
Danilo Benício Romão
Danilton Santos de Moraes
David da Silva de Souza
David severino Sebastião
Dayse Maria da Silva
Debora de Oliveira Lima
Débora Lessa Barbosa Nogueira
Deivide Leandro
Dimas Faustino Cavalcanti da Silva
Dinalva de Souza Teixeira
Donato Lugon da Silva
Dora Carreira Jefferson de Oliveira
Douglas Cezar Bartholomeu
Ediceia ribeiro dos Santos
Edilson de Souza Lima
Edna de Almeida Matos
Edson Moreira de Souza
Eduardo Augusto Dudenhoefffer Botelho
Eduardo Ferreira Lima
Elenilso gomes Rodrigues Rufino
Eliana Ferreira Novaes

Eliane Reis Vieira
Eliei Matias Ferreira
Emerson Costa Fernandes
Fabine Pereira Ribeiro
Fabio Gripp da Costa
Felipe Bispo da Silva
Felipe Conti Asth
Felipe Stefanon de Melo
Fernanda Ribeiro Paura
Fernando Fernandes de Almeida Junior
Fernando Maciel Batista
Fernando Rodrigues Euzébio
Filipe Louzada Moreira
Flavia Carvalho de Luna Aragão
Francidélia Lima Gomes
Francis da Costa Villaverde
Francisco Carlos dos Santos
Gabriela Dias de Oliveira
Gabriela Therezinha da Conceição
Gerd Dudenhoefter
Gilberto Rodrigues Simões
Gilson Gonçalves Correia
Giselle Nicacio de Lima Souza
Glauber Silva de Brito
Guilherme Moreira Bessa
Gustavo Cardoso de Sá Ribeiro
Gustavo Távora de Andrade Cândido Teixeira
Heitor Ney Mathias
Helena Martins da Silva
Hellen Oliveira Senna
Heloisa Andrade de Paula
Henry da Castro
Hilda Saldanha Torres
Honder João Bressan Wellisch
Hugo Leão de Castro Filho
Igor Barboza Jales
Igor Eduardo Ribeiro Campos
Ilton José Santos
Isa Amélia Santos
Isaac Pereira de Almeida
Isabele Machado dos Santos
Isabella de Lemos Novello
Isabella Falco
Iuri Figueira Gewandsznajder
Ivan Franklin Correia Neto
Ivonete Ferreira Lima
Izabel Lessa Barbosa Nogueira
Jacira Alves de Oliveira
Jamilson Polleti Pinho
Janaina da Silva Schmidt
Jandira Alves de Oliveira
Janete Barbosa Moreira
Jaqueline Ferreira Marques
Jefferson Fernandes da Silva
Jefferson Vieira da Conceição
Jessica Fernanda dos Santos
João Marques da Cruz Filho
Joao Paulo Tapioca de Oliveira

Joaquim Alcides Toledo Ribeiro
Jonas Pena da Costa
Jorge Carlos dos Santos Correia
Jorge Ferreira
Jorge Luiz de Mattos Cunha
Jorge Machado
Jorge Milton Fernandes
Jorge Miranda dos Santos
Jorge Vieira da Silva
José Augusto Pereira Torres
José Eduardo Alves Casaes
José Fernando da Silva Gomes
José Renato Vilamil
Joselito José da Silva
Josenilda Domingo Cunha
Josué Mariano Santos
Juarez Ramos Moraes
Jucelino Pereira de Moraes
Julia Moulin Souto
Julia Rodrigues Dias de Saboya Henningsen
Karen Natalia de Oliveira da Silva
Karin Barbara Amorim
Karine Vieira da Silva
Kátia Regina Mendonça Penela Grande
Keli de Souza Salvino
Kledson Jônio Cardoso da Silva
Laiane Calixto Tavares
Laís Vicência Sudré Bezerra
Larrubia Tomas da Costa
Leandro Oliveira de Sá Leitão
Leandro Uchôas
Leandro Velloso Ferreira
Leda Lopes Brochado
Lennon Lopes Ribeiro Corrêa
Leo Lince
Leonardo Matins Vaz de Oliveira
Leonardo Zebende Borher
Leoncio Oliveira de Sá Leitão
Lia Dias de Alencar
Lidiane das Neves Souza
Lívia de Castro Dias da Silva
Lourenço Borges
Luci Ramos Privat
Luciana Caminha
Luciana Ferreira Brito
Luciana Jablonksy Amaral
Luciano Frigeri Neves
Lucilene Oliveira da Silva
Lucimar dos Santos Ferreira
Luis Fernando Padilha
Luiz Carlos Moreira
Luiz Carlos Sidre Ribeiro
Luiz Claudio Ferreira Lima
Luiz Fernando de Souza Rodrigues
Luzia Lopes Simões
Machado Pinheiro Salazar
Maira Porã Santos Salazar
Marcela Alexandre Pinto da Silva

Marcela da Silva Balbino
Marcelle Vieira da Silva
Marcelo Albagli
Marcelo Político Penha
Marcelo Santos Carvalho
Marcia Beatriz Mendes da Silva Costa
Marcia Cristina Impronta
Marco Antônio da Silva Araújo
Marcos Fernandes Moura
Marcos Lopes Ribeiro
Marcos Paulo Costa da Silva
Marcos Vinicius Gonçalves Silveira
Maria Adélia Bevilacqua da Matta Mielli
Maria Alice Mendes
Maria Aparecida da Silva Oliveira
Maria Aparecida Ferreira de Souza
Maria da Conceição Oliveira
Maria das Graças Campos
Maria das Graças Nascimento de Faria
Maria das Neves P. Francisco
Maria de Lourdes Lopes Ribeiro Paura
Maria do Perpétuo Socorro
Maria do Perpétuo Socorro Lima Martins
Maria Gabriela Correia de Araújo
Maria José Medeiros de Lima
Maria Julia Bressan
Maria Liana Gesteira Fonseca
Mariana Bustamante de Sá
Mariana Marques Ramos
Marilyn Pereira Costa
Mario Costa Lessa
Marizete da Silva
Marlene Moreira da Silva
Marli da Silva Souza
Marta Santos Roque Pereira
Marta Soares da Costa Villaverde
Matheus Henrique Bou Maroun Cruz
Maura Sousa
Maurício Augusto de Lima
Maurício Avelino Ferreira
Maurício Martins de Souza
Mauro Carvalho Bandeira de Mello
Mavi Muller de Simas
Mayra de Castro Siqueira
Michel da Costa Gomes
Michel Teixeira de Souza
Milena Ribeiro de Lima
Miriam Regia de Castro
Mônica Maria Dias
Monique Lopes Simões
Mozart Noronha
Naiara Rentes Rocha
Nayara da Silva Freitas
Nazareno Ribeiro Lessa
Nelía Maria de Assis Paula
Nelson Antunes
Nelson Luiz Pereira Cunha
Nilson Bento Rosa

Olivia Cristina de Carvalho
Orlando Falsett Filho
Orlando Roberto Matias Dias
Patrícia Bustamante de Sá
Paula Almeida dos Santos
Paulo Cesar Rogero Junior
Paulo de Souza Junior
Paulo Henrique Bernardino
Paulo Roberto Francisco da Costa
Paulo Teixeira Júnior
Paulo Vinicius Moreira
Pedro Alves Ferreira
Pedro Jairo Oliveira Ferreira
Priscila Lopes Simões
Priscila Ribeiro lima
Rafael da Costa Ribamar
Rafael Fialho
Rafael Simi
Rafael Vidal Leite Ribeiro
Raphael Ferreira Crespo
Raphael Mendonça de Souza
Raphael Sylvestre da Silva
Raquel Cristiane da Silva Barbosa
Raul Victor Gonzaga de Souza Maia
Renata Aline dos Anjos do Nascimento
Renata Lima de Oliveira
Renata Martins de Freitas
Renata Nunes de Araújo Fonseca
Renato Jefferson de Oliveira
Ricardo Augusto de Saboya Henningsen
Ricardo Jorge Boa
Roberto Aguillar Costa
Robson Rodrigo Coutinho Salazar
Rodrigo Burgos
Rodrigo Lima da Costa
Rômulo Rafael Ribeiro Paura
Ronaldo Alves da Costa
Rosana Ribeiro Roginer
Rosane Cristina Pessanha Sudré Macedo
Rosangela Maria dos da Silva
Rosangela Pereira Bernardo
Rosemary Alves Casaes
Rosita Gomes da Silva
Rozimeire Santana trindade
Sabrina Silveira Gonçalves Crespo
Salette Ferreira Brito
Samuel Reis Vieira
Sandra Candido da Silva
Sandra Leal de Lima
Sandra Tavares Fernandes
Sérgio Chrisman Aragão
Sérgio de Assis Paula
Sérgio Siqueira Coelho
Sidney Martins Ferreira
Sílvia Munestock
Sonia de Araujo
Sonia Maria dos Santos Pinto
Sonia Maria Ferreira da Silva

Stefano Novais
Suely Rozenfeld
Tainan Ribeiro de Abreu Barbosa
Talita Teixeira dos Santos
Tamara Borges de Castro
Tatiana Figueiredo Moreira
Tatiana Larissa dos Santos da Silva Moura
Tatiele Santos Gomes
Tayná Lima C. Ribeiro
Telma Lucia Pinto da Silva
Teresa Cristina de Oliveira
Thales Geraldo Alves de Araujo Goes
Thamires de Lima Guedes de Almeida
Thiago Christian da Silva Sebastião
Thiago Cruz Teixeira
Thomas Alves Miranda
Tiago de Melo Cunha
Tiago Prata
Tiago Reis Vieira
Tomás Bataglia
Uderson Meneguite Ribeiro
Valdinay de Almeida Matos
Valéria da Conceição Campos
Valeria Nascimento de Faria
Valeria Rodrigues Dias Henningsen
Vanessa Matos Leal
Vânia Lopes Ribeiro de Lima
Vera Elena Oliveira Coelho
Vera Lúcia Peixoto
Vera Lúcia Soares Viana Vargas
Vera Maria Willemsens de Alencar Mattos
Vera Siqueira
Victoria de Castro Barreto
Vilma Lopes Ribeiro
Vilmar Torres
Vinícius Melo Viana
Vinícius Ribeiro de Lima
Wagner de Alvarenga
Waldemir Salustiano Cordeiro
Walkiria Regina de Castro
Wallace Roque Ferreira dos Santos
Walmir Gomes da Silva
Washington Luiz Carneiro Ferreira
Washington Luiz de Souza Campos
Wellington Monteiro de Andrade
Wesley Aldivino de Oliveira
William Carlos Brum Bispo
Yanne de Mattos Rabetim Milano
Yara de Almeida Barbosa
Yuri Marques Romariz Bastos